

Sonnentag, S., & Lischetzke, T. (2018). Illegitimate tasks reach into afterwork hours: A multilevel study. *Journal of Occupational Health Psychology*, 23(2), 248 – 261.
<https://doi.org/10.1037/ocp0000077>

Varela, R., Oliveira, H. M., & Rolo, D. (2018). *Inquérito nacional sobre as condições de vida e trabalho na educação em portugal (INCVTE)*. Dezembro 2023.
[https://www.spn.pt/Media/Default/Info/22000/700/0/0/Relat%C3%B3rio%20-Estudo%20sobre%20o%20desgaste%20profissional%20\(2018\).pdf](https://www.spn.pt/Media/Default/Info/22000/700/0/0/Relat%C3%B3rio%20-Estudo%20sobre%20o%20desgaste%20profissional%20(2018).pdf)

A ATIVIDADE DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS EM INSTITUIÇÕES NÃO-ESCOLARES COMO ELEMENTO POTENCIADOR DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Anita Tinoco

Universidade de Évora – Centro de Investigação em Educação e Psicologia;
agetinoco@gmail.com:

Bravo Nico

Universidade de Évora – Centro de Investigação em Educação e Psicologia;
jbn@uevora.pt:

Resumo

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas reconheceu a educação como um direito de todos os cidadãos, entendendo-a como um elemento determinante para o desenvolvimento integral do ser humano, não podendo, por essa razão, ser circunscrita a uma fase da vida nem a um espaço ou lugar. É neste contexto de ampliação do conceito de educação que as instituições não-escolares têm vindo a criar serviços educativos. Os serviços educativos enquanto estrutura organizada que promove atividades com uma intencionalidade educativa, cuja atuação se posiciona no âmbito da modalidade de educação não-formal, apresentam-se como veículo de transmissão de conhecimentos e como espaços de afirmação da cidadania e da democracia.

Tendo por base uma investigação qualitativa – realizada no âmbito de um projeto de investigação do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Évora –, ancorada num estudo de caso, na forma múltipla, pretende-se, através deste artigo, problematizar e refletir sobre as potencialidades formativas das atividades educativas desenvolvidas pelos serviços educativos em instituições não-escolares no referente à aquisição de conhecimentos e de aprendizagens no domínio da educação para a cidadania e da promoção da participação social.

Os resultados demonstram que, através da dinamização de atividades, os serviços educativos em instituições não-escolares valorizam a participação dos cidadãos, proporcionam a realização de aprendizagens nas mais variadas áreas do saber, numa perspetiva de fomento da educação e aprendizagem ao longo da vida. Os resultados revelam também que a atividade dos serviços educativos visa dotar os seus utilizadores de competências sociais fundamentais à vivência em sociedade e à defesa e promoção dos seus direitos enquanto cidadão, concorrendo, assim, para o exercício de uma cidadania ativa e participativa.

Palavras-chave: serviços educativos, instituições não-escolares, educação não-formal, democracia, participação social

CONTEXTUALIZAÇÃO

John Dewey, através dos seus estudos, destaca a importância da educação para a sociedade, defendendo que não é necessário educar para a vida, pois educar já é a própria vida (Dewey, 2007). Por seu lado, Paulo Freire defende que a educação se constitui como um processo social que tem subjacente uma intencionalidade, não existindo, por essa razão, uma educação neutra, tendo sempre inerente um determinado propósito que na perspetiva deste autor deve ter em vista a autonomia e emancipação das pessoas (Freire, 2018).

Neste contexto, a educação visa “tornar os indivíduos mais aptos para lidar com as exigências do futuro” (Dewey, 2007 p.63) e afigura-se como motor e garante da democracia. Com efeito, a educação desempenha um papel importante na aquisição de conhecimentos e na realização de aprendizagens que concorrem para a prática de uma cidadania ativa e participativa.

Tendo por base este enquadramento e a constatação da existência de instituições não-escolares que promovem atividades com interesse para a área da educação, o presente artigo pretende problematizar e refletir sobre as potencialidades formativas das atividades educativas desenvolvidas pelos serviços educativos destas instituições no concernente à promoção da democracia e da participação social.

1. QUADRO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

1.1. A educação na perspetiva dos objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS)

A educação é um direito humano reconhecido em diversas convenções internacionais, entre as quais se destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A nível nacional, a Constituição da República Portuguesa estabelece e reconhece, no n.º 1 do artigo 73.º, o direito à educação como um direito fundamental.

Este reconhecimento deve-se ao facto de a educação se tratar de um dos pilares para o desenvolvimento do ser humano e para a construção da sociedade, daí que conste como um dos 17 ODS estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). O ODS 4 – Educação de Qualidade –

EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

visa garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2015).

Procurando garantir a todos o acesso à educação, sem distinções de género, classe ou condição, e a sua permanência nos diferentes níveis de ensino, ODS 4 – Educação de Qualidade pretende eliminar as disparidades e desigualdades existentes no acesso e permanência no sistema de ensino/educação. Para além disso, procura garantir o acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, através das diferentes modalidades de educação (formal, não-formal e informal).

Desta forma, devem ser criadas oportunidades e condições para que a pessoa que deseja aprender possa fazê-lo. A realização de aprendizagens apresenta-se como elemento-chave para o exercício de uma cidadania ativa e participativa, uma vez que empodera as pessoas, torna-as aptas a participarem em todas as esferas da sua vida.

Do atrás referido, fica evidente que a educação, no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, é condição essencial para atingir os 17 ODS, uma vez que uma educação de qualidade contribui para a redução das desigualdades e para uma maior e melhor compreensão do outro, promovendo desta forma a existência de sociedades mais pacíficas e tolerantes.

1.2. A educação como alicerce da cidadania e da participação social

Numa sociedade que se encontra em constante transformação, marcada pela globalização e pelo rápido avanço tecnológico, é requerido ao ser humano a capacidade de atualização permanente dos conhecimentos e a aquisição de novas competências para fazer face às exigências sociais.

Neste enquadramento, a educação assume-se como pilar fundamental da vida em sociedade e, consequentemente, como alicerce para a vivência de uma cidadania ativa e participativa. Para isso, a educação deve

organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes (Delors, 1998, p.100).

Trata-se dos quatro pilares da educação, conceitos base para a formação e preparação do ser humano para a vida em sociedade, e que visam o seu desenvolvimento integral. Tendo em vista o respeito e aplicação dos quatro pilares da educação, o Conselho da Europa (CE), em 2016, estabeleceu no documento Competências para uma Cultura da Democracia (CCD) um conjunto de 20 competências relacionadas com valores, atitudes, capacidades, conhecimentos e compreensão crítica (CE, 2016) que

EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

devem ser observadas nas sociedades democráticas multiculturais e que de forma sistematizada constam da figura seguinte.



Figura 1 – Competências incluídas no modelo CCD

(Fonte: CE, 2016, p. 7)

Face do exposto, pode afirmar-se que existe uma correlação entre a educação e o exercício da cidadania e da participação social, sendo a educação considerada condição essencial para a efetivação, proteção e promoção dos direitos dos cidadãos, na medida em que concorre para o desenvolvimento integral do cidadão, dotando-o de conhecimentos e competências fundamentais à vida em sociedade.

1.3. Novos contextos de educação: serviços educativos em instituições não-escolares

As transformações sociais e tecnológicas inerentes à sociedade da informação exigem, por parte dos cidadãos, a atualização constante de conhecimentos e a realização de aprendizagens ao longo da vida. Neste enquadramento, a educação deixou de estar circunscrita ao espaço da escola, entenda-se instituições formais de ensino, para passar a acontecer nos mais variados espaços e lugares (Tinoco & Nico, 2023), o que levou à crescente relevância das diferentes modalidades de educação, em particular a educação não-formal, e, consequentemente, ao aparecimento de novos contextos de educação, podendo afirmar-se que

não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é seu único praticante (Brandão, 2006, p. 9).

Esta circunstância conduziu ao aparecimento de serviços educativos no seio de instituições não-escolares que se dedicam à dinamização de atividades com interesse para a área da educação, passando estas a assumir um papel relevante na área da educação. A existência de serviços educativos em

instituições não-escolares, nomeadamente instituições culturais, instituições de ciência, organizações da sociedade civil e de instituições ligadas ao mundo empresarial é uma realidade.

Os serviços educativos, definidos como “estrutura organizada, dotada de recursos mínimos (...) que desenvolve ações dirigidas ao público com objetivos educativos” (Camacho, 2007, p.28), apresentam-se como uma componente relevante no seio das instituições não-escolares, desempenhando um conjunto de funções educativas, tais como acolhimento de visitantes, mediação de conteúdos e públicos, promoção de atividades que estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico e de múltiplas literacias, bem como o incentivo da participação e a inclusão de todos.

Através das atividades promovidas pelos serviços educativos de instituições não-escolares proporciona-se a realização de aprendizagens nos mais variados domínios, com destaque para a cidadania e participação social, desenvolvendo competências sociais nos seus utilizadores.

2. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação surge no contexto de um projeto de investigação realizada no âmbito do Curso do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Évora que adota o paradigma interpretativo (Coutinho, 2014) e segue uma abordagem qualitativa (Bogdan & Biklen, 1999) e que colocou em evidência a atuação dos serviços educativos em instituições não-escolares no referente à promoção da cidadania e da participação social.

Tendo como objetivo problematizar e refletir sobre as potencialidades formativas oferecidas pelos serviços educativos em instituições não-escolares na região Alentejo no campo da promoção da cidadania e da participação social, foram estudados oito serviços educativos. Entendeu-se que o estudo de caso, na forma múltipla, correspondia à modalidade de estudo que melhor servia os interesses da investigação em virtude de possibilitar um conhecimento detalhado sobre a temática estudada (Yin, 2016). Os serviços educativos objeto de estudo são os seguintes:

1. Suão – Associação de Desenvolvimento Comunitário;
2. Fluviário de Mora;
3. Fundação Eugénio de Almeida;
4. Herdade Vale da Rosa;
5. Museu de Arte Contemporânea de Elvas;
6. Centro de Ciência do Café;
7. Centro de Artes de Sines;
8. Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência.

A recolha de dados efetuou-se através da realização de uma entrevista semiestruturada ao responsável de cada um dos serviços educativos (RSE), que, posteriormente, foi objeto de análise de conteúdo de acordo com os pressupostos preconizados por Bardin (2018). Daqui resultou a identificação

de quatro categorias de análise e que permitiram a chegada aos resultados que se apresentam e discutem de seguida

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO – DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DOS SE NO REFERENTE À PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

3.1. Formação humanística/direitos humanos

A **Categoria A – Formação Humanística/direitos humanos** engloba os resultados que apresentam relação com a promoção da participação social e com o desenvolvimento de atitudes e valores que concorrem para o incremento da cidadania, traduzida no respeito pelos direitos humanos e valorização do diálogo e da colaboração mútua.

Neste domínio, os resultados demonstram que as atividades educativas promovidas incentivam a participação social dos seus utilizadores, contribuindo para o aumento do partilha e interação entre estes, conforme ilustrado pela afirmação do RSE da Suão – Associação de Desenvolvimento Comunitário quando refere que “procuramos depois tocar todas as outras áreas como a solidariedade, como garantir que todos têm mais oportunidades, de serem felizes, por exemplo, de poderem, digamos, participar no dia-a-dia aqui das atividades, darem o seu contributo, os seus saberes” (E2.3.113).

Da mesma maneira, o RSE do Museu de Arte Contemporânea de Elvas afirmou que “é enriquecedor para o público local estar em contacto com eles porque a maior parte das pessoas acha que os artistas e que tudo vem de fora, tudo vem de Lisboa, tudo vem dos grandes centros e esquecem-se que nos próprios locais também existem artistas, também existem pessoas com capacidades (E5.7.251). Extrai-se desta afirmação a importância atribuída ao envolvimento das pessoas nas atividades, reconhecendo-se, desta forma, a relevância da sua participação e a validade dos seus conhecimentos e saberes.

No mesmo sentido, o RSE do Centro de Artes de Sines destaca o contributo aportado pela participação dos utilizadores nas atividades dinamizada por aquele serviço referindo que “até mesmo dentro da comunidade conseguimos elementos muito válidos” (E7.21.857). A valorização da participação dos utilizadores, resulta do facto dos serviços educativos adotarem estratégias pedagógicas que reconhecem e equacionam o utilizador como elemento ativo na construção do seu saber, sendo convidados a expressar as suas ideias e a participar ativamente.

O sucesso do trabalho desenvolvido pelo serviço educativo, no que se refere à participação social, de acordo com o RSE do Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência também está relacionado com o facto de “termos uma equipa que é muito capaz, muito motivada e muito interessada e isso só acontece se as pessoas tiverem sentido de pertença e participação ativa na construção do projeto” (E8.2.45). Isto é, nos serviços educativos é igualmente estimulada e reconhecida a importância dos elementos da equipa do serviço educativo terem voz ativa na planificação e dinamização das atividades educativas.

Outro aspeto que sobressaiu da análise de conteúdo efetuada às entrevistas RSE estudados prende-se com o facto de as atividades educativas promovidas concorrerem para o desenvolvimento de atitudes e valores que vão ao encontro do reforço da cidadania e da democracia.

EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

Neste campo, referir que a preocupação em estimular a adoção de atitudes e a transmissão de valores como a solidariedade, cooperação, interajuda e respeito pelo outro está presente nos vários casos estudados. Efetivamente, os resultados obtidos demonstram que as atividades promovidas pelos serviços educativos têm associada uma forte componente de promoção de valores e atitudes que concorrem para uma cidadania ativa e participativa e para uma vivência democrática.

Entre os valores e atitudes trabalhados no contexto dos serviços educativos destaca-se o desenvolvimento do espírito de solidariedade, como se pode ler no caso da Suão – Associação de Desenvolvimento Comunitário que salientou que através das atividades educativas os utilizadores “partilham conhecimentos, ajudam-se, trabalha-se o espírito da solidariedade” (E1.10.410). Sobressai da afirmação anterior a percepção de que a aprendizagem resulta da partilha de conhecimentos, de que se trata de um processo conjunto onde o coletivo tem mais força do que o individual, abrindo-se, deste modo, espaço para o entendimento de que é importante ouvir e compreender o outro.

Com efeito, de acordo com o RSE da Fundação Eugénio de Almeida “há um pensamento, há um acolhimento ao outro, (...) as exposições dão-nos ferramentas para trabalharmos infinitos temas, mas também nos dão ferramentas para escutarmos o que é que os jovens ou os públicos nos querem dizer” (E4. 12.500).

Além do anteriormente referido, os resultados revelam que os serviços educativos adotam formas de colaboração e cooperação para conseguirem realizar as suas atividades, conforme consta das afirmações dos RSE do Centro de Artes de Sines e Centro Ciência Vida do Lousal – Mina de Ciência que referem, respetivamente o seguinte: “queremos articular, conviver aqui de forma harmoniosa” (E7.3.104) e “desenvolvemos atividades em colaboração com a Câmara” (E8.16.747).

3.2. Competências sociais

Relativamente à **Categoria B – Competências sociais** esta compreende as capacidades comportamentais relacionadas com o pensamento crítico e pensamento criativo, bem como habilidades que se prendem com a capacidade de comunicação e trabalhar em equipa.

No referente à promoção do pensamento crítico e do pensamento criativo ficou evidente que esta é uma dimensão muito presente no trabalho desenvolvido pelos serviços educativos estudados. Por se tratar de uma competência que tem implicações sobre o modo como as pessoas entendem e encaram a vida, o RSE do Centro de Artes de Sines destacou que as atividades procuram que “haja uma conversa no final para debaterem o que viram ou para, lá está, para tentar construir ali algum pensamento crítico” (E7.14.547).

As atividades educativas proporcionadas apresentam-se como uma oportunidade para a criação de momentos de reflexão e contribuem para dotar os seus utilizadores de capacidades de análise e de debate. Com efeito, o RSE da Fundação Eugénio de Almeida mencionou que procuram desenvolver “atividades que promovam o debate, o pensamento crítico e a reflexão” (E4.10.387).

Além deste aspeto, os serviços educativos destacam a importância do pensamento criativo como mecanismo que concorre para a resolução de problemas e para a busca de soluções criativas. No caso

EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

do Museu de Arte Contemporânea de Elvas isso ficou evidente quando o RSE afirmou que as atividades que promovem procuram “desconstruir ideias, o aprender a olhar para as coisas de outras perspetivas, o sentir outras coisas e o permitir-se ver para além do óbvio” (E5.14.546).

Na mesma linha de pensamento, o RSE do Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência foi taxativo ao afirmar que “o pensamento tem de ser aberto” (E8.16.739), completando que “o pensamento criativo é como os paraquedas (...) funciona melhor se estiver aberto” (E8.23.1187), daí que as atividades que considerem a opinião e perspetivas dos utilizadores e dos colaboradores que trabalham naquele serviço.

Subjacente ao pensamento crítico e ao pensamento criativo estão as competências relacionadas com a capacidade de expressão e de comunicação. Na ótica do RSE do Centro de Ciência do Café “tentamos sempre comunicar tudo, tentamos comunicar para que toda a gente esteja ao corrente da situação. (E6.16.628). Esta é condição essencial para o entendimento dos conteúdos abordados nas atividades educativas e, por extensão, para a compreensão das demais situações em que as pessoas se encontram envolvidas no dia-a-dia. Além disso, sobressaiu a relevância atribuída à capacidade de trabalhar em equipa. Logo, pode-se afirmar que a atividade dos serviços educativos concorre para o desenvolvimento do espírito de equipa.

São diversas as afirmações dos RSE que realçam a importância de se trabalhar em equipa, nomeadamente o SER do Centro de Artes de Sines que refere “estamos a trabalhar sempre em conjunto” (E7.12.507). Do mesmo modo, o RSE do Centro Ciência Viva do Lousal referiu que “a grande força da nossa equipa é a capacidade de se transformar e de se adaptar e modificar em função das circunstâncias” (E8.5.217), destacando a capacidade que a equipa do serviço educativo apresenta para fazer face aos constrangimentos com que se depara.

3.3. Educação ambiental e sustentabilidade

A **Categoria D – Educação Ambiental e Sustentabilidade** ocupa-se dos resultados obtidos no que se prende com a consciencialização e sensibilização dos utilizadores para questões relacionadas com o conservação e preservação do meio ambiente e com a sua sustentabilidade. Esta categoria ocupa-se também de questões relacionadas com a promoção da literacia científica no contexto dos serviços educativos.

Os resultados demonstram a existência de atividades educativas destinadas à promoção de valores que visam a consciencialização e sensibilização ambiental e o fomento de atitudes e comportamentos que promovam a preservação e conservação do meio ambiente e do consumo consciente dos recursos naturais.

No caso do Fluvíário de Mora, o RSE mencionou que a missão desta instituição está ligada à salvaguarda e preservação da natureza e da biodiversidade, daí “haver todo um cuidado, um compromisso de zelar pelo bem-estar animal e que estas espécies sejam como embaixadoras, não é, no âmbito da conservação da natureza” (E2.4.124). A atividade educativa do Fluvíário de Mora centra-se na demonstração ao utilizador da importância que a natureza e o meio ambiente têm, efetuando para isso um

EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

trabalho de sensibilização neste campo, transmitindo a ideia de que “a natureza é o melhor professor (E2.17.673)”, daí que “a nossa mensagem (...) respeita a natureza, ama a natureza” (E2.18.714).

Por seu lado, o caso da Herdade Vale da Rosa, nas atividades que promove, dá destaque ao trabalho de preservação e de conservação da natureza que aquela entidade tem desenvolvido, nomeadamente através da adoção de soluções mais sustentáveis e amigas do ambiente. Como exemplo, o RSE da Herdade Vale da Rosa referiu que nas visitas que efetuam passamos em alguns pontos que para nós é importante que as pessoas saibam que nós temos cuidado com a plantação, com uma agricultura mais sustentável, mais amiga do ambiente” (E3.10.357).

Acrescentou que nas suas atividades divulgam e incentivam o recurso a práticas ecológicas, referindo, neste particular, como efetuam a fertilização dos solos e o controlo de pragas e doenças através do recurso a mecanismos naturais, reconhecendo a importância de trabalhar com “universidades que têm essa investigação de arranjos soluções e alternativas mais ecológicas e amigas do ambiente (E3.13.507).

Do mesmo modo, o RSE da Herdade Vale da Rosa fez alusão à preocupação em estimular nos utilizadores daquele serviço uma consciência ambiental, alertando para a necessidade de aproveitar os recursos disponíveis, referindo que nas atividades explica o que a instituição faz com os excedentes da produção, dizendo que “não deitamos nada fora” (E3.18.710), procurando, por esta via, estimular hábitos de consumo conscientes.

3.4. Identidade e inclusão

A **Categoría E – Identidade e inclusão** trata dos resultados que remetem para a afirmação de uma determinada comunidade, num contexto marcado pela diversidade. O respeito pela diferença a par do reforço da identidade são aspetos que devem ser tidos em conta para uma vivência harmoniosa em sociedade, conforme se pode depreender os resultados obtidos. A inclusão trata-se de outra dimensão que deve ser tida em conta como mecanismo de construção de identidade, daí ter sido incluída nesta categoria.

No referente a esta categoria, apurou-se que os serviços educativos das instituições não-escolares atuam no sentido de criar um sentimento de pertença. O conceito de comunidade é referido pelos RSE salientando a importância de contar com todos e de valorizar os seus conhecimentos e saberes, conforme se consta da afirmação do RSE da Suão – Associação de Desenvolvimento Comunitário que refere que “olhamos para a nossa comunidade e temos aqui uma riqueza enorme” (E1.11.464). Esta realidade reconhece a necessidade de “valorizar todos os conhecimentos, todos os saberes e todas as aprendizagens, independentemente do contexto em que elas foram construídas. E muitas destas aprendizagens, também estes projetos, é uma forma de as valorizar, de lhes dar continuidade” (E1.14.572).

Efetivamente, as palavras do responsável do serviço educativo da Suão – Associação de Desenvolvimento Comunitário deixam transparecer a relevância de preservar e valorizar os conhecimentos e saberes detidos por uma determinada pessoa e/ou comunidade, na medida em que estes são específicos de um contexto e ajudam à afirmação da identidade de uma comunidade.

É por esta razão que os casos da Suão – Associação de Desenvolvimento Comunitário, do Fluvíario de Mora, do Museu de Arte Contemporânea de Elvas, do Centro de Ciência do Café, Centro de Artes de

EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

Sines e do Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência destacam a importância de contar com a colaboração de membros da comunidade na dinamização das atividades educativos. Essa participação visa, por um lado, dar destaque à riqueza de conhecimentos e saberes das pessoas daquela comunidade e, por outro lado, contribuir para a afirmação da sua identidade, dando destaque àquilo que têm de melhor.

A este propósito, referir que no caso do Centro de Ciência do Café algumas das atividades educativas envolvem a participação de associações e grupos musicais da comunidade e que funcionam como mecanismos para dar a conhecer e divulgar a cultura daquele território, pois como refere o responsável deste serviço educativo “já tivemos ali sessões musicais e tudo, convidámos a banda, a banda, o rancho folclórico, já tivemos ali teatro representado no auditório” (E6.19.774).

Acresce a isto, a relevância conferida ao património natural e cultural. Veja-se o caso do Fluviário de Mora em que o RSE desta instituição entende que “temos que valorizar tudo isto que está aqui e é maravilhoso e sempre indo buscar um bocadinho a riqueza do Concelho, a riqueza natural do Concelho” (E2.23.900), ou seja, as atividades educativas promovidas por aquele serviço funcionam como ponto de partida para divulgar e explorar o património do concelho.

No referente à dimensão de inclusão, os resultados apurados revelam que os serviços educativos utilizam estratégias que vão no sentido de possibilitar a participação de todos nas atividades, independentemente da faixa etária ou condição social. A este respeito, os RSE do Centro de Artes de Sines, do Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência e Museu de Arte Contemporânea de Elvas frisaram que as suas atividades se destinam a todos os tipos de públicos, procurando que as atividades sejam o mais abrangente e diversificadas possível.

Outra forma de inclusão prende-se com o facto de os serviços educativos não limitarem a participação nas atividades educativas à capacidade financeira dos utilizadores. Por outras palavras, em regra, a participação nas atividades promovidas pelos serviços educativos é gratuita, mas nos casos em que existe um custo associado, alguns dos casos objeto de estudo assumiram que isso não é impeditivo para a participação dos utilizadores nas atividades, conforme se depreende da afirmação do responsável pelo serviço educativo da Fundação Eugénio de Almeida ao referir que “Não é por falta de dinheiro que deixam de ver uma exposição ou que deixam de participar de um programa de serviço educativo” (E4.13.526).

No mesmo sentido, o RSE do Centro Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência referiu que “se as pessoas não têm a possibilidade de pagar esse valor, nunca em caso algum, deixam de nos visitar” (E8.18.833), deixando evidente a preocupação em incluir todos os utilizadores.

REFLEXÕES FINAIS

Dos resultados apresentados destaca-se o potencial das atividades educativas dinamizadas pelos serviços educativos em instituições não-escolares na promoção de uma vivência democrática e na promoção da participação social.

EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO

A atividade desenvolvida pelos serviços educativos convida os utilizadores a participarem, a experienciar coisas novas e/ou a aprofundar conhecimentos adquiridos e, nesse sentido, os serviços educativos contribuem para o aprofundamento da democracia.

A aprendizagem da democracia, de uma cidadania participativa e ativa, encontra-se intrincada nas atividades promovidas pelos serviços educativos, não podendo ser dissociada dos objetivos destas infraestruturas educativas.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2018). *Análise de conteúdo*. (5.ª ed.). Edições 70, Lda.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1999). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Brandão, C.R. (2006) *O que é Educação Popular*. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense.
- Camacho, C. F. (2007). Serviços educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmica e perspectivas. In Barriga, S., & Silva, S. G. (Coord.). *Serviços Educativos na Cultura*. (pp. 26-41). Setepés.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Edições Almedina, S.A.
- Delors, J. (1998). *Educação, um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Cortez Editora.
- Dewey, J. (2007). *Democracia e educação*. Didáctica Editora.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia do oprimido*. Edições Afrontamento.
- Conselho da Europa (2016). *Competências para uma Cultura da Democracia*. Publications Production Department (SPDP) Council of Europe. Disponível em <https://rm.coe.int/16806ccf15>
- ONU (2015). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Disponível em <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>
- Tinoco, A. & Nico, B. (2023). Mapeamento e categorização de serviços educativos em instituições não escolares na região Alentejo. In Cavaco, C. et al. (Org.), *Espaços Educativos – Políticas, Práticas, Atores e Aprendizagens. Atas do XXX Colóquio da AFIRSE Portugal* (pp. 446-455). AFIRSE Portugal e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Yin, R.K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso.